

Livro	Folhas

REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DE 18 DE JUNHO DE 2026

ATA N.º 12 /2026

LOCAL DA REUNIÃO: Sala das Reuniões do Edifício de Serviços Municipais à Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira - Cidade do Porto Santo. _____

PRESENCAS: O Presidente, NUNO FILIPE MELIM BATISTA, que presidiu e os Vereadores PEDRO VASCONCELOS FREITAS, MARIANA FILIPA CORREIA VASCONCELOS, LUÍS EDUARDO GUIANCE BETTENCOURT e RAMIRO VASCONCELOS DE SOUSA. _____

A secretariar Ana Bela Mendonça dos Santos, Chefe de Divisão Administrativa e de Recursos Humanos e a assessorar o Dr. Miguel Matos da Fonseca, Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência. _____

ABERTURA DA REUNIÃO: Verificando-se haver quórum para o funcionamento do órgão executivo, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião pelas nove horas e trinta minutos. _____

APROVAÇÃO DE ATAS: _____

Foi aprovada, por deliberação unânime, com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores Pedro Freitas, Mariana Vasconcelos, Luís Bettencourt e Ramiro Sousa, a ata da Reunião Ordinária de 11 de junho de 2026. _

DIÁRIO DE TESOUREARIA: Tomou conhecimento, o órgão executivo, do balancete de tesouraria, relativo ao dia 17/06/2026, que acusava os seguintes saldos: _____

De dotações orçamentais: 2.743.233,82€ (dois milhões, setecentos e quarenta e três mil, duzentos e trinta e três euros e oitenta e dois cêntimos); _____

De dotações não orçamentais: 53.227,86€ (cinquenta e três mil, duzentos e vinte e sete euros e oitenta e seis cêntimos); _____

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: _____

Interveio o município Diamantino Jardim, falando em primeiro lugar, sobre a



estrada situada atrás do Edifício de Serviços Públicos, onde as pessoas continuam a estacionar indevidamente e causam transtornos a quem transita de carro. _____

Também referiu o estacionamento indevido da Rua Semião Pestana, mencionando uma conversa entre o Senhor Presidente e o Dr. Raul Faria, onde fora dito que o assunto estava a ser estudado por um departamento do Município, no seu entender já era tempo de resolver esse assunto. _____

Falou sobre o bar Pub Zarco, que este estava coberto com o Alvará de licença de utilização n.º 13/2020 em nome de Maria Lilita Alencastre Perestrelo, com o uso para Bar/Estabelecimento de bebidas e não para discoteca. Referiu que não consegue descansar devido ao ruído do bar, é chamada a PSP, e estes respondem que o Município consente. Recordou que no mês de janeiro, o Senhor Presidente numa Reunião Pública, dissera que só iam funcionar os estabelecimentos devidamente legalizados, mas que continuava tudo igual. _____

Questionou se o Pub Zarco estava em condições de funcionar com música até às 02h00, e que constava que o Senhor Presidente iria prolongar o horário de funcionamento. Continuou dizendo que o Município deve zelar pelo bem dos munícipes, não era contra a vida noturna, e que deveriam existir divertimentos, mas com as devidas condições, sejam estas do espaço, como as legalmente previstas. Relembrou uma anterior reunião, em que o Senhor Presidente dera o exemplo do Vereador Luís Bettencourt, que só abriu o seu espaço comercial após estar devidamente legalizado. _____

Disse que o Município respondeu à Provedoria de Justiça sobre o Pub Zarco e esclareceu que a falta de acompanhamento das denúncias apresentadas se devia a constrangimentos nos Recursos Humanos disponíveis para o efeito. Questionou se o Município não tinha funcionários para resolver esse assunto. Continuará a chamar a PSP, bem como os seus inquilinos, desde que o barulho incomode. _____

Continuou dizendo que tinham a presente Presidência, por causa do Senhor

Roberto Silva, que na sua boa intenção, e após vários membros do partido não quererem, tanto no Funchal como no Porto Santo, ter indicado o Senhor Nuno Batista, e referiu que o mesmo neste momento estava arrependido. _____

Dirigindo-se ao Vereador Luís Bettencourt, disse que este fora um representante do UNE, um partido pequeno, e questionou se o vereador estava em sintonia com a presidência em relação ao barulho do Pub Zarco, e para que este recordasse que o seu estabelecimento só entrou em funcionamento quando estava devidamente legalizado. _____

Interveio o Vereador Luís Bettencourt, em resposta ao munícipe Diamantino Jardim, dizendo que não tinha informação sobre o Pub Zarco, desde o indeferimento em reunião de uma proposta apresentada pelo estabelecimento. Posteriormente salvaguardou a sua posição e a do Vereador Ramiro Sousa, em relação a esse espaço. A única coisa que tinha conhecimento era através do Comissário da PSP, em que têm sido apresentadas queixas pelo munícipe e por mais uma pessoa. Disse que no passado dia 15 prestou declarações na Polícia Judiciária sobre este assunto, não tendo mais conhecimento de nada. _____

Fora acusado, que no tempo em que era empresário da noite, fazia e que atualmente condenava quem fazia, mas no seu tempo as regras eram diferentes e reconheceu que no fim desse tempo, já existiam incómodos, não pelo estabelecimento, mas pelos clientes que ao sair provocavam constrangimentos. _

O espaço que até faz alguma falta na noite, mas que aquilo que estava no momento a ser praticado que era pista de dança, e não tinha condições porque as portas continuavam abertas e o som propaga-se. Disse que não iria se pronunciar mais sobre o estabelecimento. _____

Interveio o Senhor Presidente, em resposta ao Munícipe Diamantino Jardim, que da mesma forma que este não viu a existência da linha amarela, também não viu a existência do sinal que proíbe o estacionamento. A PSP já fora informada





diversas vezes para atuar. Disse que iria ser resolvido em breve e informou que seria feita uma alteração na saída do estacionamento, e não serão autorizados quaisquer tipo de estacionamentos, nem na rua Semião Pestana, nem na rua que dá acesso ao museu. _____

Sobre o Pub Zarco, importava perceber a responsabilidade do Município e aquilo em que estava em falta. O Município estava em falta no seguimento das contraordenações, e o munícipe como anterior Chefe de Divisão nunca o fizera, porque o Município nunca o fez, isso deve-se à falta de alguns meios, que neste momento estavam a ser constituídos para dar seguimento a essas contraordenações. Independentemente de o munícipe ser o único a reclamar do Pub Zarco, iriam dar resposta, preferencialmente era bom existirem mais, pois assim não era arquivada a queixa feita pelo munícipe, que chegara ao Município por parte do Ministério Público, sobre a qual não tinha conhecimento, pois não fora chamado a depor. _____

Ainda sobre as contraordenações e levantamento de autos, que na sua opinião nem sempre funcionaram bem, e face ao volume do que se passava no Porto Santo presentemente, veio a piorar a qualidade da resposta por parte do Município, reclamações não somente do ruído, mas sobre obras ilegais que teria de avançar para demolição. Informou que brevemente essas reclamações terão continuidade. As demolições, retirada de contentores e de veículos abandonados, lixo abandonado junto aos contentores, usurpação de baldes do lixo para lixo inadequado, serão regulamentados e alvos das respetivas coimas. _____

Relativamente às pessoas que o escolhem ou o deixam de escolher, preferia ouvir a opinião das pessoas que votaram em si. _____

Ainda sobre a Rua Semião Pestana, era um local que passava todos os dias e via coisas que aconteciam que não se coadunavam nem com o ambiente nem com a limpeza, nem organização de uma cidade, mas independentemente de qual fosse

Livro	Folhas

a rua, as situações iriam caminhar para um lugar em que seriam corrigidas. _____

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: _____

Interveio o Vereador Luís Bettencourt, dizendo que tem sido constante a introdução de pontos e erros na documentação para as reuniões, e se realmente existe urgência, para o envio dos mesmos ser feito atempadamente. _____

Continuou, em relação às respostas da sua questão sobre as obras do Miradouro das Lombas, as quais passou a ler: "(...) disse que para se iniciar um procedimento contratual deve haver uma adjudicação do contrato e que o mesmo está a ser feito, mas que ainda não foi feita nenhuma assinatura do início da obra, nem entrega dos documentos de segurança, devido a vários problemas de falta de mão de obra, informou que pretende iniciar a obra muito em breve. (...)". _____

Disse ter consultado o Portal Base, no qual onde se encontra centralizada a informação sobre os contratos públicos celebrados em Portugal e nas regiões autónomas. Estava descrito que a decisão de contratar do processo fora de 3/6/2025, tomada por despacho do senhor presidente. O procedimento foi adjudicado por despacho a 7/07/2025. A minuta do contrato fora aprovada em 7/07/2025 e taticamente aceite em 14/07/2025. A celebração do contrato fora autorizada por despacho de 30/07/2025. No contrato diz que se considera celebrado e vinculativo na data da última assinatura e que produzia efeitos de imediato assinatura salvo dependência de visto, aprovação, publicidade ou com outro ato integrativo de eficácia. O próprio contrato fixava que a consignação da obra devia estar integralmente concluída no prazo de 15 dias após a celebração do contrato. O plano de segurança e saúde desenvolvido pelo empreiteiro devia ser apresentado no prazo de 7 dias a contar da celebração do contrato. A obra devia ser concluída no prazo máximo de 240 dias contados da consignação total, primeira consignação parcial ou se posterior, da aprovação do plano de segurança e saúde. _____



Questionou por que razão a consignação que tinha o prazo máximo de 15 dias, após a celebração do contrato, aparentemente não ocorreu. E por que razão os documentos de segurança que tinham o prazo 7 dias ainda não tinham sido entregues em maio de 2026. _____

Sobre a zona Balnear do Golfinho, verificou o caderno de encargos, onde estava descrito “(...) Execução de trabalhos de pintura manual em azulejo vidrado liso na cor branco, com imagens alusivas à antiga lota, com planos figurativos, retratando a história do Porto Santo, incluindo todos os materiais e acessórios adequados e todos os trabalhos necessários a um bom acabamento (...) e o gestor de contrato fora o senhor Artur Ferreira. O que se encontrava nessa zona era uma placa de acrílico que não correspondia ao caderno de encargos e que o Senhor Presidente procedesse em conformidade. _____

Relativamente à obra na Rua João Santana, da qual o gestor de contrato era o Dr. Miguel Fonseca, algo lhe chamou a atenção “(...) Execução da montagem do banco incluindo acessórios, bem como o a execução da montagem do banco em Floreira (...)”. Existiam 2 bancos iguais. Questionou onde estavam os 2 bancos solares dos Bairros Digitais, porque no caderno de encargos referia um banco solar e um banco floreira. _____

O Senhor Presidente respondeu que eram os bancos solares que estavam montados. _____

Pegou no programa da campanha do Senhor Presidente, onde estava descrito, que iria existir um apoio a estudantes universitários com três viagens anuais. Questionou porque o apoio não fora dado, sendo que o ano escolar estava a acabar. _____

Referiu as estradas e o mau estado em que se encontravam devido às obras. _____

Referiu também o lixo, e em como era importante aplicar coimas a quem deixa lixo abandonado. _____

Livro	Folhas

Mencionou as trotinetes, que causavam constrangimentos onde as pessoas andam de auscultadores e não ouvem o trânsito ao seu redor, ou então andam várias pessoas em cima de uma trotinete e questionou se alguma bater num carro, como é que o problema seria resolvido. _____

Disse que começara novamente a ver trotinetes abandonadas por vários sítios, inclusive já estava uma em frente à sua casa, há cerca de uma semana. _____

Ainda em relação às declarações do Senhor Diamantino sobre a Rua Semião Pestana, disse concordar com o Senhor Presidente, o sinal está na rua, mas a PSP não atua, o mesmo acontece na rua em frente à loja do “chinês”, que muitas vezes os carros não passam devido a estacionamento indevido e mais uma vez a PSP não atua. _____

Era necessário tomar posições. O Porto Santo estava a ficar esquecido e ao abandono, e as pessoas eram culpadas. Não existia necessidade de deixar lixo na rua, quando existia uma empresa que tratava disso. _____

Interveio o Senhor Presidente, em resposta ao Vereador Luís Bettencourt, começando pelo assunto das trotinetes, recordou que estas num ano estiveram no Porto Santo, mas no ano a seguir, não. Disse que mesmo sendo uma lei nacional, não era uma delegação municipal a possibilidade de autorizar ou não essas mesmas trotinetes. Em relação às trotinetes que chegaram no presente ano, não existiu qualquer tipo de contacto com o Município. Disse que a sua posição se mantinha, as trotinetes abandonadas seriam recolhidas pelo Município, e posteriormente o Tribunal decidirá se será para devolver as mesmas. _____

Sobre as estradas, o que estava a ser feito era fundamental para resolver vários problemas, mencionou a rua da padaria, que fora a que causou mais transtorno. As pessoas não tinham conhecimento, mas durante décadas corria esgoto para a ribeira e nada fora feito, e os atrasos deveram-se a essa situação. Também referiu a estrada do Pé do Pico, onde em ligações de contadores eram mais de 120. _____



Este trabalho fora feito para o Porto Santo conseguir ser o concelho de Portugal com menos perdas de água. Para ter saneamento básico em condições, ter energias renováveis a funcionar, para ser a ilha digital com maior velocidade de internet no país. Quando existe tanta coisa que demora a chegar pela dupla insularidade. Para isso era preciso causar algum transtorno, mas já se encontravam num ponto, em que as coisas estavam a melhorar, as estradas estavam a ser repavimentadas para posteriormente se proceder à pintura das mesmas, intervenção que já estava programada. _____

Sobre o apoio aos universitários, sabe perfeitamente quais são os seus compromissos, e caso o vereador tivesse a oportunidade de ser Presidente da Câmara, também não iria conseguir fazer o programa eleitoral em 6 meses, mas tal como o que já propusera em termos de apoios sociais e de apoio à educação foram cumpridos, este também o será. _____

Relativamente às questões colocadas sobre a contratação pública, verificou que o vereador se informou acerca do funcionamento dos procedimentos. Solicitou que o vereador acesse às questões frequentes da plataforma e se informasse acerca do que eram trabalhos não executados, trabalhos executados, a mais ou complementares, prazo de execução relativamente a documentos de segurança, porque se a ação da câmara não estava a acontecer, e tal como o vereador referira, não acontecia pela falta de mão de obra. Deitar os concursos públicos abaixo traria grandes problemas. _____

Disse que recentemente ouvira várias críticas feitas por partidos da oposição ao Governo Regional, sobre a Unidade de Saúde Local. Quem deitou o Governo abaixo e fez que não fosse possível lançar o concurso, e o vereador iria concordar consigo e perceber que um governo demissionário jamais poderia lançar um concurso público internacional, e fora essa a razão do atraso, o concurso já estava validado pelo Tribunal de Contas, mas eram necessárias 60 pessoas para iniciar a

Livro	Folhas

obra e no presente momento não existia qualquer sítio onde essas pessoas pudessem ficar alojadas, dessa forma, a obra iria avançar somente em setembro. Disse existir meios legais para prorrogar a obra, meios legais para prorrogar o início da obra, e isso tem sido feito, tal como fora feito com o Miradouro das lombas. _____

Questionou quantos concursos públicos foram lançados para obras no Porto Santo por instituições públicas que não foram executados porque ficaram vazios. Porque não existiam empresas que executassem. Deu o exemplo do Cais, fora necessário lançar o concurso quatro vezes. _____

Informou que em breve iria começar a obra do caminho que liga a Camacha ao Pico do Castelo, e foram necessários seis lançamentos de concurso para que aparecesse uma empresa interessada. Pela forma minuciosa, como o vereador tem visto o processo de contratação pública, consegue perceber que os constrangimentos acontecem por falta de mão de obra e de capacidade de resposta. Existe o maior investimento per capita do PRR, e no presente não existia nenhum concelho em Portugal que tenha tanto investimento como o Porto Santo. Reconheceu que o elevado volume de obras tem causado transtorno, mas que antes as pessoas também reclamavam porque não existiam obras. Partilhou ter recebido uma chamada particular de um dono de uma empresa local de construção, em que no seu primeiro mandato tinha 14 funcionários e presentemente tinha 81 funcionários. Atualmente todas as grandes empresas de construção estão no Porto Santo a executar obras e as pessoas que vêm fazer as obras, também contribuem para melhorar a economia local. _____

As obras do Miradouro das Lombas estavam atrasadas, tal como o vereador mencionou o contrato de empreitada estava adjudicado desde 11 de agosto de 2025, existia uma grande dificuldade em iniciar a obra, que também poderá dever-se ao trabalho técnico específico que será necessário fazer, como a



requalificação do chão de pedra rolada e a requalificação do moinho. Disse que se deixar cair o concurso, tem a certeza que ele ficará vazio. _____

A zona balnear do Golfinho, a Rua João Santana e o Miradouro da Lapa, já foram aprovados para fundos comunitários e o Município irá receber 85% do valor investido de volta, que seria de cerca de 1 milhão de euros para poder investir em novas obras. O Miradouro das Lombas também tem o apoio aprovado. Se deixar cair a empreitada, muito provavelmente iriam perder esse apoio financeiro. Era uma decisão difícil, mas quem tem medo de tomar decisões não vai para a política e fica em casa, mas as decisões eram salvaguardadas por pareceres técnicos. Podiam por vezes cometer erros processuais, que advinham do conjunto. _____

Interveio o Vereador Luís Bettencourt, dizendo que o Senhor Presidente não respondera sobre a situação da zona balnear do Golfinho, que tinha um acrílico em vez de um azulejo. _____

O Senhor Presidente respondeu que tinha referido o que eram trabalhos a menos e trabalhos complementares. O trabalho por executar estava mal orçamentado, não iria ser pago, logo era um trabalho a menos, e fora tomada outra opção face às condições necessárias para esse trabalho. _____

O vereador Luís Bettencourt questionou se fazia parte do processo. _____

O Senhor Presidente respondeu afirmativamente. Disse que na próxima semana iria enviar informação ao empreiteiro que faz as obras dos trabalhos a menos para poder fechar e concluir as obras, porque estavam a aguardar, a notícia da devolução de 85% de todo o valor investido. _____

Sobre as trotinetes, pelo o que entendeu, o Município não tinha qualquer voto na matéria, qualquer pessoa podia colocar trotinetes sem comunicar ao Município.

O Senhor Presidente respondeu que não podiam colocar no espaço público, e teve o cuidado de percorrer a ilha e verificou que as trotinetes se encontravam em espaço privado. _____

Livro	Folhas

O Vereador continuou relembrando que em 2021 fora deliberado pela isenção do IMI ao hotel Torre Praia, e que essa isenção acabaria em 2026. Questionou qual o ponto de situação. _____

Relativamente aos concursos vazios, recordou uma conversa com o Dra. Alberto João Jardim, em que este lhe dissera que o concurso do Cais, inicialmente era de 2.000.000,00€ e ficara vazio, e posteriormente passou para 4.800.000,00€. _____

Quando se referia à empreitada do Miradouro das Lombas, não quer de maneira nenhuma que o concurso seja deitado abaixo, mas tal como o Senhor Presidente dissera, corre o risco de ficar vazio. Questionou qual a razão, uma vez que a consignação que tinha prazo de 15 dias após ação do contrato aparentemente não ocorreu e por que razão os documentos de segurança que tinham um prazo de 7 dias, ainda não tinham sido entregues em maio de 2026. Disse que o Senhor Presidente argumentou que era falta de mão de obra, e compreendia, mas esse empreiteiro ficou com o Golfinho, com a Rua João Santana e com o Miradouro da Lapa. Questionou se as situações que expôs estavam acauteladas pelo Município. _

Interveio o Senhor Presidente, em resposta ao Vereador Luís Bettencourt, dizendo que o vereador mencionara algo que poderia suscitar dúvidas e até já originara queixas, relacionado por ter sido a mesma empresa a executar essas obras. Estavam a falar de dois tipos de obras diferentes em termos de contratação pública. Todas as empresas do Porto Santo são convidadas quando o concurso é lançado, sendo que essa empresa, é do Porto Santo, porque tem número fiscal do Porto Santo. Tal como o vereador disse, estavam todos a trabalhar para o mesmo e caso o vereador tenha conhecimento do número de contribuinte e dados de todas as empresas de construção civil que queiram executar obra no Porto Santo, que transmita essa informação, porque são necessários construtores civis para executar um plano de ação extremamente rigoroso, que devido às dificuldades constantes não será possível se não existir apoio por parte das empresas, porque



só quer simplesmente uma coisa, que as obras sejam executadas e feitas. _____

Relativamente ao Miradouro das Lombas, se a obra que estava preparada para arrancar tivesse arrancado, atualmente estaria pronta e já estariam a fazer outras obras. Era a dificuldade que sentia na execução de empreitadas, e por vezes é levado de forma leviana o esforço feito para que as coisas se realizem. _____

Disse que não era fácil ser gestor de meios financeiros e numa Unidade de Saúde Local que era para custar 12.000.000,00€, custará 40.000.000,00€ mas irá ser feita, tal como o Lar de Idosos que iria custar 2.500.000,00€ e custará cerca de 4.500.000,00€, e era necessário conseguir fundos para tal. Por vezes as pessoas têm dificuldade em aceitar o esforço financeiro que era feito, o Município também precisou de subir muitos orçamentos, como exemplo, o projeto do Golfinho, o azulejo pintado era 10 vezes mais caro, do que o que estava no projeto, devido a uma alteração de preços que aconteceu num período de meses, e as alterações de preços têm feito inúmeros processos cair. _____

Sobre o Lar de Idosos, as pessoas reconhecem o peso do Município e em especial da Vereadora Mariana Vasconcelos na execução da obra, se as pessoas forem verificar o PRR verão quantos lares na Madeira ficaram por executar, e com a agilidade que o assunto fora tratado, esse dinheiro ficou disponível e conseguiram executar a obra. _____

Para além desses fundos também foi possível ir buscar fundos ao PRODERAM e ao PEPAC para fazer a requalificação da barragem do Dragoal. _____

Eram processos morosos, e fazia com que a Madeira tivesse o grau mais baixo de execução do país, de fundos comunitários, e não era por falta de competências das pessoas, mas sim pelas dificuldades nos processos. _____

Sobre o IMI do hotel Torre Praia, era tratado pela Autoridade Tributária, o Município deu a isenção e o prazo, e a Autoridade Tributária, posteriormente executava. _____

Livro	Folhas

PASSOU-SE, DE SEGUIDA, À APRECIACÃO DA ORDEM DE TRABALHOS: _____

PROPOSTAS OBRAS PARTICULARES: O Presidente da Câmara, Nuno Filipe Melim Batista, apresentou as seguintes propostas: _____

1) "COMUNICAÇÃO PRÉVIA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA MORADIA UNIFAMILIAR, A LEVAR A EFEITO NO PRÉDIO URBANO MATRIZ N.º 5831, LOCALIZADO NA RUA DAS CASTAS - LOMBAS. _____

Face ao parecer técnico que recaiu sobre a pretensão da requerente Liliana José Rodrigues Vasconcelos (Proc. n.º 68/2026), para construção de uma moradia unifamiliar a levar a efeito no prédio urbano n.º 5831, descrito na Conservatória do Registo Predial do Porto Santo, sob o n.º 6408/20071105, localizado na Rua das Castas - Lombas. _____

Proponho, que a Câmara Municipal delibere, o seguinte: _____

1 - Deferir o projeto de arquitetura, de acordo com o ponto 3 do respetivo parecer técnico, que a seguir se transcreve: _____

Parecer Técnico _____

"... _____

3 - Da análise do projeto de arquitetura que acompanha o procedimento de pedido de Comunicação Prévia, em termos de urbanização e edificação, temos a salientar o seguinte: _____

a) De acordo com a medição efetuada pelos serviços, verifica-se que a área máxima de construção é de 152,20m², que corresponde a + 2,20m² (+ 1%) em relação à área prevista no Alvará de Loteamento, respeitando no entanto o índice de construção máxima de 0.70 previsto em regulamento do PDM, pelo que nos termos do ponto 8- do artigo 27.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua versão atualizada), as variações até 3% são aprovadas por simples deliberação da Câmara Municipal; _

b) Que no restante, foram respeitados na generalidade os indicadores

urbanísticos definidos no alvará de loteamento, nomeadamente no que se refere à utilização e tipologias, n.º de pisos, área máxima de ocupação, índice de impermeabilização, polígono de implantação da habitação e restantes afastamentos; _____

c) No que respeita ao levantamento topográfico que acompanha o projeto, foi verificado o diferencial de +7.10 em relação aos valores previstos na planta síntese do loteamento. Por esse motivo, estando previsto no alvará de loteamento o valor de 44.50 como cota de soleira, pode ser aceite o valor proposto no estudo da moradia, para a cota de soleira de 51.60 ($44.50 + 7.10$), como sendo a cota mais adequada. _____

4 - Em face do exposto, é nosso entendimento, salvo melhor opinião, dado que se trata de uma Comunicação Prévia com taxas já liquidadas e o respetivo título emitido em 2026.MAR.26, que devemos alertar para: _____

a. A necessidade de se proceder à alteração à licença de loteamento, por simples deliberação da Câmara Municipal, conforme previsto no ponto 8- do artigo 27.º do RJUE (alínea a) do ponto 3- da presente informação); _____

b. Que nos termos do ponto 8- do artigo 35º do RJUE, a Câmara Municipal deve, em sede de fiscalização sucessiva acompanhar a obra e garantir o cumprimento dos indicadores urbanísticos constantes em projeto.” _____

Submetida a votação a presente proposta foi aprovada por unanimidade, com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores Pedro Freitas, Mariana Vasconcelos, Luís Bettencourt e Ramiro Sousa. _____

2) “2.º ADITAMENTO AO CONTRATO DE URBANIZAÇÃO PARA A CONCRETIZAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO 10 DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA FRENTE MAR CAMPO DE BAIXO/PONTA DA CALHETA. _____

Tendo sido acordado entre o Município do Porto Santo e a sociedade ITI - Sociedade de Investimentos Turísticos na Ilha da Madeira, S.A., proceder à

celebração do 2.º Aditamento ao Contrato de Urbanização para a Concretização da Unidade de Execução 10 do Plano de Urbanização da Frente Mar Campo de Baixo / Ponta da Calheta, celebrado em 19 de dezembro de 2019 e alterado pelo 1.º Aditamento de 31 de maio de 2021; _____

Considerando que a alínea a) da Cláusula Oitava do referido Contrato de Urbanização prevê a obrigação de garantir um acesso público pedonal à praia; ____

Considerando que se revela necessário definir e concretizar as respetivas condições técnicas de execução, sem alteração do conteúdo essencial da obrigação urbanística assumida pela Segunda Outorgante; _____

Proponho que a Câmara Municipal delibere o seguinte: _____

1 - Autorizar a celebração do 2.º Aditamento ao Contrato de Urbanização para a Concretização da Unidade de Execução 10 do Plano de Urbanização da Frente Mar Campo de Baixo / Ponta da Calheta, tendo por objeto: _____

a) A definição das condições técnicas de execução do acesso pedonal público à praia previsto na alínea a) da Cláusula Oitava do Contrato de Urbanização; _____

b) A concretização das características técnicas mínimas a observar na execução daquele acesso, designadamente ao nível da preparação do terreno, sub-base, base, revestimento, drenagem, acessibilidade e integração ambiental; _____

c) A fixação do prazo de execução dos trabalhos e das condições de fiscalização e receção da obra pelo Município. _____

2 - Aprovar a minuta do 2.º Aditamento ao Contrato de Urbanização, anexa à presente proposta e dela fazendo parte integrante para todos os efeitos legais. ____

3 - Conferir poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para outorgar o referido 2.º Aditamento ao Contrato de Urbanização, bem como para praticar todos os atos necessários à sua execução. _____

4 - Notificar a sociedade ITI - Sociedade de Investimentos Turísticos na Ilha da Madeira, S.A. da presente deliberação para efeitos de celebração do respetivo



aditamento.” _____

Submetida a votação a presente proposta foi aprovada por maioria, com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores Pedro Freitas e Mariana Vasconcelos e os votos contra dos Vereadores Luís Bettencourt e Ramiro Sousa. _____

PROPOSTAS: O Presidente, Nuno Batista, apresentou as seguintes propostas: _____

1) “AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU, PARA A DIVISÃO DE OBRAS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS _____

Considerando que: _____

1. No âmbito da estrutura orgânica em vigor do Município do Porto Santo e do mapa de pessoal aprovado para o ano de 2026, encontra-se previsto um cargo de direção intermédia de 2.º grau, destinado à chefia da Divisão de Obras, Ambiente e Serviços Urbanos; _____

2. O referido cargo ficou vago na sequência da exoneração do respetivo titular, com efeitos a 1 de fevereiro de 2026, encontrando-se atualmente ocupado por um chefe de divisão em regime de substituição, nos termos legais; _____

3. O regime de substituição em vigor reveste natureza excecional e transitória, destinando-se a assegurar a continuidade do exercício das funções dirigentes até à designação do respetivo titular, mediante procedimento concursal legalmente previsto, cessando com a nomeação de novo titular ou com a verificação das demais causas legalmente estabelecidas. _____

4. Nos termos do artigo 12.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, o recrutamento para cargos de direção intermédia de 2.º grau é efetuado mediante procedimento concursal; _____

5. Nos termos do artigo 13.º da mesma lei, a composição do júri do procedimento concursal é designada por deliberação da Assembleia Municipal, sob

Livro	Folhas

proposta da Câmara Municipal; _____

6. Mostra-se necessário assegurar o regular provimento do cargo, de forma a garantir a direção, coordenação e gestão da unidade orgânica, assegurando a prossecução das atribuições e competências municipais cometidas à referida Divisão; _____

Face ao exposto, e nos termos do disposto n.º 1 do artigo 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, tenho a honra de propor à Câmara Municipal que, no uso das competências que lhe são conferidas pelo n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, delibere: _____

- Autorizar a abertura de procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau - Chefe da Divisão de Obras, Ambiente e Serviços Urbanos, previsto na estrutura orgânica e no mapa de pessoal do Município do Porto Santo; _____

2 - Determinar que o cargo seja exercido em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos, nos termos da legislação aplicável; _____

Proponho ainda que, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que a Câmara Municipal, no âmbito das suas competências, delibere no sentido de propor à Assembleia Municipal que delibere: _____

Aprovar a composição do júri, ao qual competirá assegurar a tramitação do procedimento concursal, ao abrigo do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua redação atual, bem como aprovar a presente proposta em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual: _____

Presidente: _____

- José Henrique Caires Teixeira, Chefe da Divisão de Edifícios e Equipamentos



do Município do Funchal; _____

Vogais Efetivos: _____

- Ana Bela Mendonça dos Santos, Chefe da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos do Município do Porto Santo; _____

-Marco António Telmo Sousa, Chefe da Divisão de Planeamento e Serviços Urbanos do Município da Ponta do Sol; _____

Vogal Suplente: _____

- Dinarte Emanuel de Oliveira Silva, Chefe da Divisão de Finanças, Património e Aprovisionamento.” _____

Na discussão deste ponto interveio o Vereador Luís Bettencourt, questionando se era necessário, a aprovação da introdução do ponto. _____

O Senhor Presidente respondeu que já fazia parte da ordem, embora a proposta, por lapso, só tenha sido enviada posteriormente. O que poderia acontecer era votar a retirada do ponto, se os vereadores assim o entendessem. A proposta era apenas uma nomeação de um júri para um concurso, que era facilmente analisável. _____

Submetida a votação a presente proposta foi aprovada por unanimidade, com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores Pedro Freitas, Mariana Vasconcelos, Luís Bettencourt e Ramiro Sousa. _____

2) “HOMENAGEM AOS PRESIDENTES DA JUNTA DE FREGUESIA ELEITOS DO PORTO SANTO _____

Considerando que: _____

1. A Junta de Freguesia constitui o órgão autárquico mais próximo dos cidadãos, desempenhando um papel fundamental na identificação e resolução dos problemas das populações, bem como na promoção do desenvolvimento local; ____

2. Ao longo da história democrática do Porto Santo, diversos cidadãos assumiram, por vontade popular expressa através do voto, a responsabilidade de

Livro	Folhas

exercer as funções de Presidente da Junta de Freguesia, colocando o seu tempo, dedicação e conhecimento ao serviço da comunidade; _____

3. O exercício destas funções exige espírito de missão, sentido de responsabilidade, disponibilidade permanente e capacidade de resposta às necessidades dos munícipes, contribuindo de forma decisiva para a melhoria da qualidade de vida da população; _____

4. Independentemente das opções políticas, dos períodos em que exerceram funções ou das circunstâncias de cada mandato, todos os Presidentes de Junta eleitos deixaram o seu contributo para a construção, valorização e desenvolvimento social, cultural, económico e territorial do Porto Santo; _____

5. O reconhecimento público daqueles que serviram a causa pública constitui um dever institucional e um exemplo de valorização da participação cívica e democrática para as gerações presentes e futuras; _____

6. A Câmara Municipal do Porto Santo tem o dever de preservar a memória coletiva do concelho e de reconhecer aqueles que, através do exercício de cargos públicos eleitos, contribuíram para o progresso da comunidade porto-santense. _____

Assim, propõe-se que a Câmara Municipal do Porto Santo delibere: _____

1. Promover pela homenagem a todos os cidadãos que exerceram, até à presente data, o cargo de Presidente da Junta de Freguesia do Porto Santo, independentemente do período ou mandato em que desempenharam funções e que seja atribuída a cada homenageado, ou aos seus familiares diretos nos casos em que já tenham falecido, uma distinção honorífica de reconhecimento pelos relevantes serviços prestados à comunidade porto-santense. _____

2. A homenagem aos Presidentes de Junta infra enunciados, deverá ter lugar no próximo dia 24 de junho de 2026, no âmbito das comemorações oficiais e solenes do Dia do Concelho do Porto Santo. _____

Presidentes da Junta de Freguesia do Porto Santo _____




José Aldónio de Melim (1977 - 1979) - Partido Socialista _____

João da Conceição Albino da Silva (1980 - 1989) - Partido Social Democrata _____

Maria Luísa de Sousa Menezes Gonçalves Mendonça (1990 - 1993) - Partido Socialista _____

Maria José dos Santos (1994 - 1997) - Partido Socialista _____

Manuel Gregório Pestana (1998 - 2001) - Partido Social Democrata _____

Maria Teresa de Menezes Oliveira (2002 - 2005) - Partido Social Democrata _____

José Idalino de Vasconcelos (2005 - 2017) - Partido Social Democrata _____

Maria Joselina Escórcio de Brito (2017 - 2025) - Partido Social Democrata _____

3. Que a presente homenagem reconheça o papel determinante que os Presidentes da Junta de Freguesia desempenharam ao longo dos anos na construção do Porto Santo moderno. Foram homens e mulheres que, em diferentes contextos históricos e políticos, assumiram responsabilidades públicas em prol da população, contribuindo para a resolução de problemas concretos, para a defesa dos interesses da freguesia e para o fortalecimento da democracia local. Sendo que, este reconhecimento não representa apenas uma distinção individual, mas também uma valorização do poder local democrático, da participação cívica e do serviço público. Constitui ainda um ato de justiça institucional e de preservação da memória coletiva do concelho, homenageando todos aqueles que colocaram o interesse da comunidade acima dos interesses pessoais.” _____

Na discussão deste ponto, interveio o Senhor Presidente dizendo que serão homenageados todos os Presidentes de Junta de Freguesia do Porto Santo. Os que infelizmente já faleceram serão homenageados a título póstumo e serão representados pela família. A autonomia regional estava a festejar os seus 50 anos, e era o momento de reconhecer, independentemente das forças partidárias, todos os que tiveram cargos públicos na Junta de Freguesia e a importância que

Livro	Folhas

tiveram no funcionamento do Concelho. _____

Submetida a votação a presente proposta foi aprovada por unanimidade, com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores Pedro Freitas, Mariana Vasconcelos, Luís Bettencourt e Ramiro Sousa. _____

REQUERIMENTOS: _____

1) Deliberar sobre o pedido apresentado por Associação de Indústria, Comércio e Turismo do Porto Santo - AICTPS (entrada n.º 4821/2026), solicitando autorização e licença para colocação de barraca, na Zona da Gastronomia do Pavilhão Multiusos, no evento Expo Porto Santo 2026, de 17 a 26 julho de 2026; _____

Na discussão deste ponto, interveio a Dra. Ana Bela Santos, a pedido do Senhor Presidente, explicando que os dois pedidos tinham dado entrada antes da última reunião, tendo ficado suspensos pois não dera entrada o pedido de Licença de Recinto, no presente caso, se fossem aprovados estariam condicionados à entrada e aprovação do pedido de Licença de Recinto. _____

Submetido a votação o presente pedido foi aprovado por unanimidade, com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores Pedro Freitas, Mariana Vasconcelos, Luís Bettencourt e Ramiro Sousa, condicionado à entrega e aprovação da Licença de Recinto. _____

2) Deliberar sobre o pedido apresentado por Associação de Indústria, Comércio e Turismo do Porto Santo - AICTPS (entrada n.º 4822/2026), solicitando Licença Especial de Ruído, para evento com música ao vivo, na Zona da Gastronomia do Pavilhão Multiusos, no evento Expo Porto Santo de 2026, entre os dias 17 e 26 de julho das 18h00 às 02h00; _____

Submetido a votação o presente pedido foi aprovado por unanimidade, com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores Pedro Freitas, Mariana Vasconcelos, Luís Bettencourt e Ramiro Sousa, condicionado à entrega e aprovação da Licença de Recinto. _____



3) Deliberar sobre o pedido apresentado por Sweny Cruz (entrada n.º 5050/2026), solicitando autorização para venda ambulante de picolés na Praia do Porto Santo, de 1 de julho a 30 de setembro de 2026; _____

Submetido a votação o presente pedido foi aprovado por unanimidade, com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores Pedro Freitas, Mariana Vasconcelos, Luís Bettencourt e Ramiro Sousa. _____

4) Deliberar sobre o pedido apresentado por Gonçalo Rodrigues (entrada n.º 5116/2026), solicitando autorização e licença para colocação de roulotte para venda de comidas e bebidas no arraial de São Pedro de 26 a 28 de junho de 2026; _____

Submetido a votação o presente pedido foi aprovado por unanimidade, com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores Pedro Freitas, Mariana Vasconcelos, Luís Bettencourt e Ramiro Sousa. _____

5) Deliberar sobre o pedido apresentado por Guida Freitas (entrada n.º 5206/2026), solicitando autorização e licença para colocação de barraca nos arraiais: de São Pedro, do Espírito Santo, do Santíssimo - Capela do Espírito Santo, da Capela da Graça, de Nossa Senhora da Piedade e do Santíssimo Sacramento - Piedade. _____

Submetido a votação o presente pedido foi aprovado por unanimidade, com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores Pedro Freitas, Mariana Vasconcelos, Luís Bettencourt e Ramiro Sousa. _____

INFORMAÇÕES: _____

Informação à Câmara Municipal do Despacho do Senhor Presidente, Nuno Batista
JORNADA CONTÍNUA - Edifício de serviços públicos - Serviços operacionais (parque de materiais) - Biblioteca - Cemitério - Canil/Gatil. _____

A Câmara foi informada. _____

INTERVENÇÃO FINAL: _____

Interveio o Senhor Presidente, dizendo que o mês de junho era extremamente

importante para o Porto Santo pois festejam-se a cultura, a vivência e as pessoas. Agradeceu a todos aqueles que têm participado durante os últimos meses na preparação das festas de São João e àqueles que, de forma gratuita, disponibilizaram o seu tempo para participar na organização das festas, como os marchantes, os organizadores das marchas, as pessoas que estão ligadas à organização e apoiam as pessoas que estão à frente das marchas, porque sem esse empenho e essa resiliência, não seria possível que o São João tivesse a visibilidade que tem hoje, verificando-se na ocupação praticamente preenchida nos alojamentos, o que é muito importante para todos e para o comércio local. ____

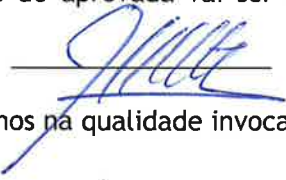
Reforçou a sua gratidão no empenho diário das pessoas, porque era preciso muita coisa para que o São João se realizasse. Aos colaboradores do Município, sempre disponíveis, porque sabem que todos aqueles que de forma gratuita participam no São João precisam de apoio para que as coisas não falhem. _____

Disse que todos os anos procuram melhorar a organização do São João. Procuram em conjunto escolher aquele que era o melhor cartaz e que de alguma forma toque todas as pessoas e todas as idades. Todo o trabalho feito de escolha era a pensar no bem-estar de todos aqueles que vivam na ilha, visando que tenham a oportunidade de assistir a eventos com o nível que tem o São João, sem ter que sair da sua própria ilha, e também para que aqueles que nos visitam se sintam bem recebidos. _____

Continuou dizendo que não fora fácil montar o São João porque da mesma forma que as pessoas sentem insatisfação quando saem de casa para ir para o trabalho devido às obras que estão a acontecer, que imaginassem o que era concretizar as festas de São João com o volume de obras atual e com situações como, por exemplo, as pás dos aerogeradores que tiveram que passar dentro da cidade. Informou que existiu muita compreensão das empresas que apoiam o Município, porque se fosse noutro local poderiam até ir embora e não instalar as

coisas. Isso nunca aconteceu e foi encontrada uma solução e a cidade está iluminada, bonita e bem decorada, e só tinha a agradecer a quem fez com que isso fosse possível. Informou que no dia seguinte era a abertura da zona gastronómica e dos palcos principais, que seria às 18h00 em frente aos Paços do Concelho, convidando toda a população a estar presente e a viver esse momento com o executivo, porque independentemente das dificuldades e das opiniões, o São João transmite-nos uma ideia que tem que ser levada durante todo o ano e que não pode ser só durante esta altura. Acrescentou que nada era possível levar até ao fim sem a colaboração de todos. _____

Terminou desejando um bom São João, na esperança que tudo decorra dentro da normalidade. _____

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: E não havendo outros assuntos a tratar nesta reunião, o Senhor Presidente declarou encerrada a ordem de trabalhos, eram 10 horas e trinta minutos, pelo que de tudo para constar lavrei a presente ata, em obediência ao disposto no artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que depois de aprovada vai ser assinada pelo Presidente do órgão executivo, e por mim,  Chefe de Divisão Administrativa e de Recursos Humanos na qualidade invocada. _____